

Projeto de Lei nº. 014/15

AO EXPEDIENTE

Em: 04 FEV 2015

Presidente

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

24 FEV 2015

Protocolo:

Processo:

017/15  
017/15

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA

MENSAGEM N. 026 , DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015

Recebido, Autue-se e  
Inclua em pauta.

24 FEV 2015

1º Secretário

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III do artigo 65, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que "Altera dispositivo da Lei n. 2.840, de 03 de setembro de 2012, que institui o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual, REFAZ, para adequação aos termos do Convênio ICMS 66, de 9 de julho de 2014."

Nobres Parlamentares, a matéria ora apresentada visa a eliminar restrições referentes à forma de extinção do crédito tributário, prevista para adesão ao REFAZ, adequando o texto legal ao Convênio aprovado pelo CONFAZ.

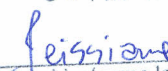
Informo a Vossas Excelências que a presente propositura permitirá a continuidade das medidas de incentivo aos contribuintes em débito com a Fazenda Pública, para quitarem seus compromissos com o Poder Executivo Estadual, fortalecendo a economia mediante ingressos financeiros, e atendendo às condições expressas do Convênio aprovado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

  
CONFÚCIO AIRES MOURA  
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA  
RECEBIDO

03 FEV 2015

  
Servidor(nome legível)



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**



PROJETO DE LEI DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015.

Altera dispositivo da Lei n. 2.840, de 03 de setembro de 2012, que institui o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual, REFAZ, para adequação aos termos do Convênio ICMS 66, de 9 de julho de 2014.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. Passa a vigorar, com a seguinte redação, o inciso II do artigo 2º, da Lei n. 2.840, de 03 de setembro de 2012:

“Art. 2º. ....

.....

II - pagamento à vista ou parcelado do crédito tributário.”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Assinatura*